

Título	Fragilidades e Incoerências do 3º Ciclo Tarifário (Parte 2)
Veículo	Canal Energia
Data	19 Nov 2010
Autor	Claudio J. D. Sales

Para acessar a imagem do artigo, clique [aqui](#)

Na segunda parte do artigo são discutidas algumas distorções metodológicas na mensuração e na definição da origem dos ganhos de produtividade

A primeira parte deste artigo, publicada ontem (e disponível [aqui](#)), tratou da séria ameaça de alteração de regime regulatório – que pode inclusive implicar contestações judiciais – e da alta incerteza nos métodos adotados pela Aneel para definição de patamares de produtividade do terceiro ciclo tarifário que se iniciará em 2011. Nesta segunda parte são discutidas algumas distorções metodológicas na mensuração e na definição da origem dos ganhos de produtividade.

3) Distorções na Mensuração dos Ganhos de Produtividade

O papel, as planilhas eletrônicas e os modelos computacionais aceitam tudo. Na nova metodologia para o terceiro ciclo a Aneel desconsidera, por exemplo, os custos incorridos para lidar com a volatilidade da demanda.

O Fator X é definido considerando os ganhos de produtividade alcançados no passado. A Aneel utiliza várias ferramentas para apurar tais ganhos: índices de produtividade (Torqvist e Malmquist) e DEA (*Data Envelopment Analysis*, ou Análise Envoltória de Dados). Uma das hipóteses subjacentes dessas ferramentas é que o emprego de insumos é infinitamente flexível, para cima ou para baixo.

A empresa de distribuição, por sua vez, precisa dimensionar suas redes, instalações, equipamentos, equipes e materiais para atender à demanda futura. Mas, como a demanda apresenta algum grau de variação imprevisível, as empresas precisam dimensionar suas redes, equipes e disponibilidade de materiais com base em projeções. Isto geralmente resulta em algum grau de excesso de capacidade.

Trata-se de um sobrecusto intrínseco ao negócio que precisa ser minimizado, mas que não pode ser eliminado. Afinal, as empresas não podem dimensionar perfeitamente suas equipes e instalações para atender à demanda efetivamente realizada ano a ano. Existem uma série de condicionantes, custos e restrições que impedem que a concessionária contrate e demita funcionários, ou aumente e diminua a capacidade de sua rede ao longo do tempo para atender à demanda. Alguns investimentos precisam ser feitos em escalas mínimas, o que inviabiliza ajustes suaves.

No entanto, as medidas de produtividade adotadas pela Aneel não contemplam esta característica intrínseca de custo do negócio: qualquer excesso de capacidade é interpretado pelo regulador como “ineficiência”, o que leva a Aneel a sobrestimar os ganhos de produtividade alcançáveis no próximo ciclo tarifário.

Outro aspecto que distorce a mensuração dos ganhos de produtividade utilizados pela Aneel para balizar os ganhos de produtividade esperados no próximo ciclo consiste no fato de que os preços dos insumos não foram considerados no cômputo dos ganhos de produtividade. Isto implica que parte dos ganhos ou perdas de eficiência apurados pela Agência podem estar distorcidos por variações nos preços dos insumos das empresas ao longo do tempo (itens como aluguéis, salários, materiais e equipamentos).

4) Ganhos de produtividade que caem do céu

De onde surgem os ganhos de produtividade? A Aneel assume que estes ganhos são obtidos passivamente, sem esforço. Bastaria “querer obtê-los”.

A proposta da Aneel não contempla ganhos de produtividade oriundos de investimentos e esforço empresarial. É como se os ganhos de produtividade caíssem do céu. Isto não condiz com a realidade das empresas. Os gestores das empresas de distribuição buscam continuamente formas para reduzir seus custos operacionais, combater as perdas não técnicas e aprimorar a confiabilidade do fornecimento. Quem vive no mundo real do setor de distribuição de energia elétrica sabe que para cada iniciativa bem sucedida houve outras tantas infrutíferas.

Os ganhos de produtividade não surgem do nada. As empresas precisam despende esforços e recursos para obtê-los. Se não houver a possibilidade de apropriação dos ganhos de produtividade em favor do concessionário no período entre revisões para compensar estes custos e esforço, os ganhos de produtividade não ocorrerão e, portanto, o setor estará fadado à estagnação.

Além disso, a Aneel apresenta uma análise em suas Notas Técnicas 265 e 267 que indica que os ganhos de produtividade seriam em grande parte explicados por “evoluções técnicas”. Causa surpresa, portanto, a evidente contradição em que o regulador se coloca uma vez que, em sua proposta metodológica, a Aneel estabelece que os ganhos de produtividade decorrem essencialmente de ganhos de escala (Tabela 1 da NT 265 e Tabela 2 da NT 267). Tal proposta da Aneel, aliás, está precariamente fundamentada numa mera correlação entre o índice de produtividade das empresas e a escala de suas operações.

Certamente há ganhos de escala na distribuição de energia – são estes que caracterizam esta atividade como um monopólio natural –, mas a relação entre os custos e a escala não é tão simples quanto a proposta da Aneel sugere. A relação entre o crescimento da demanda e o investimento requerido ocorre em saltos descontínuos. A relação entre o crescimento da demanda e os custos operacional e investimento requerido depende da forma deste crescimento: trata-se primordialmente de crescimento do adensamento da carga (crescimento do consumo nas regiões já atendidas) ou trata-se do crescimento de novos consumidores em regiões atualmente não atendidas pela rede de distribuição?

Metas desafiadoras não podem ser confundidas com metas irrealistas.

É importante que o regulador analise as implicações das fragilidades e incoerências expostas neste artigo – e de tantas outras que serão apresentadas ao longo do processo de Audiência Pública deste terceiro ciclo de revisão tarifária – para assegurar a sustentabilidade e o dinamismo no setor de distribuição de eletricidade brasileiro, elo fundamental para o desempenho econômico de um país que se prepara para crescer em ritmo acelerado nos próximos anos.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)